

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CAB CUIABÁ S/A
– CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E
ESGOTO

ALESSANDRA RODRIGUES

Cuiabá-MT

2018

ALESSANDRA RODRIGUES

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CAB CUIABÁ S/A
– CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E
ESGOTO**

Monografia apresentada a UFMT/Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Departamento de Ciências Contábeis, para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

PROF. MAYKON SERGIO AMORIM OLIVEIRA

Cuiabá – Fevereiro/2018

Alessandra Rodrigues

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CAB CUIABÁ S/A –
CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO

Monografia (ou Artigo Científico) defendida (o) e aprovada
(o) em ____/____/____ pela banca examinadora constituída
pelos professores:

Prof. Maykon Sergio Amorim Oliveira
Presidente

Prof. Esp. Ederaldo José Pereira de Lima
Membro

Prof. Esp. Otávio José de Paula Moreira
Membro

RESUMO

Este trabalho é um estudo de caso com os objetivos de analisar as demonstrações contábeis da companhia CAB Cuiabá S/A, estudar sua evolução econômico-financeira, concordar ou não com os motivos usados para romper o contrato com a Prefeitura de Cuiabá, demonstrando a importância da análise de demonstrações contábeis na tomada de decisões. A companhia apresentou receita operacional líquida que possibilitava a realização de investimentos previstos no contrato de concessão. Mas em nenhum exercício houve lucro líquido devido a altos custos de serviços prestados, despesas operacionais e juros incorridos de empréstimos, financiamentos e debêntures. A concessionária perdeu acesso às linhas de créditos externas e de suas controladoras. Depois de três exercícios sem atingir as metas de investimentos estabelecidas, a CAB Cuiabá S/A sofreu processo de intervenção por um ano antes da ruptura de contrato pela Prefeitura Municipal de Cuiabá.

Palavras-chave: Análise – Demonstração contábil – Concessão - Cab Cuiabá

ABSTRACT

This is a study with the purpose of analyzing the Accounting Statements of the company CAB Cuiabá S/A. It also aims to analyse its economic and financial advance. As well as to concur or not with the reasons given to the breach of contract with the Prefecture of Cuiaba. This study also attempts to demonstrate the importance of Accounting Statements Analysis for decision making. The company's revenues could allow it to invest the amount fixed by contract. But there was no net income through the years due to high service costs, high operation expenses and high interest on loans, credit lines and debentures. The company lost access to external credit lines and its controller's credit lines. After three years not reaching established investment goals, Cab Cuiaba S/A went through a one year period of intervention, ultimately suffering a contract breach by Prefecture of Cuiaba.

Keywords: Analysis – Accounting statements – Concession Cab Cuiaba

Lista de Quadros

Quadro 01 – Balanço Patrimonial – Ativo.....	26
Quadro 02 – Balanço Patrimonial – Passivo e PL	27
Quadro 03 – Demonstração do Resultado do Exercício.....	28
Quadro 04 – Quocientes de Estrutura de Capitais.....	29
Quadro 05 – Quocientes de Liquidez.....	30
Quadro 06 – Quocientes de Rentabilidade.....	31
Quadro 07 – Margem de Lucro e Custos.....	31

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1	Demonstrações Financeiras.....	9
2.1.1	Balço Patrimmonial	10
2.1.2	Demonstração do Resultado do Exercício.....	12
2.2	Análise de Balanços	15
2.2.1	Análise por Quocientes	15
2.3	Análise Vertical e Análise Horizontal.....	20
2.3.1	Análise Vertical.....	20
2.3.2	Análise Horizontal.....	20
2.4	CAB Cuiabá S/A.....	21
3	METODOLOGIA	22
4	RESULTADO E ANÁLISE	23
4.1	Análise Vertical e Horizontal	23
4.2	ANÁLISE POR QUOCIENTES.....	29
4.2.1	Análise dos Quocientes de Estrutura de Capitais	29
4.2.2	Análise dos Quocientes de Liquidez	30
4.2.3	Análise dos Quocientes de Rentabilidade	31
4.2.4	Análise do Nicho de Mercado.....	31
5	CONCLUSÃO	33
6	REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

Demonstrações contábeis são registros de atos e fatos contábeis elaborados e publicados por uma entidade, refletindo, em caráter estático, a sua situação econômica e financeira. A necessidade de interpretar a evolução contábil de empresa esta presente desde o surgimento da contabilidade (IUDÍCIBUS, 2017; RIBEIRO, 2015; BRAGA, 1999).

Os métodos utilizados para analisar demonstrações contábeis podem variar de acordo com o usuário das demonstrações e a finalidade da análise. O usuário pode ser um investidor, credor, fornecedor, banco, estado, etc. Esse usuário pode analisar as demonstrações para averiguar taxas de retorno de investimento, capacidade de pagamento, para recolhimento de impostos, etc (IUDÍCIBUS, 2017; RIBEIRO, 2010; MARION, 2010).

O objeto desse estudo é a Cab Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto. Trata-se de uma sociedade anônima de capital fechado que, segundo informações disponíveis em seu site oficial, é controlada pela Galvão Participações S.A. e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações S.A e, em abril de 2012 firmou um contrato de concessão para administrar serviços de água e esgoto com a Prefeitura Municipal de Cuiabá que deveria durar 30 anos.

No entanto, em maio de 2016 a Prefeitura de Cuiabá anunciou oficialmente intervenção de 180 dias no sistema de abastecimento devido a irregularidades na prestação dos serviços contratados. Entre outras justificativas para a intervenção, a Prefeitura citou a perda da capacidade de investimento da concessionária devido a altos índices de endividamento no exercício de 2015. Depois de três prorrogações na intervenção, a Prefeitura de Cuiabá rompeu definitivamente, em julho de 2017, o contrato de concessão com a Cab Cuiabá S/A.

O objetivo deste estudo é, através da análise de todas as demonstrações contábeis publicadas pela entidade, identificar os índices financeiros usados como justificativa para o rompimento do contrato de concessão com a Prefeitura Municipal de Cuiabá, analisar a evolução econômica e financeira da entidade ao longo dos exercícios estudados e, concordar ou não com os motivos que levaram à ruptura do contrato, demonstrando, ao longo do processo, a importância da análise de demonstrações contábeis na tomada de decisões.

A metodologia neste estudo de caso foi a utilização de pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e sites relacionados ao tema do estudo e de demonstrações contábeis para avaliar a evolução da situação econômica financeira da entidade.

Este estudo está dividido em três partes.

Na primeira estão expostos referenciais teóricos relacionados ao tema trabalhado, apresentando fatores como conceito, composição e finalidade das demonstrações contábeis apresentadas pela Cab Cuiabá S/A, assim como conceito, finalidade, alcance, restrição e importância da análise dessas demonstrações. Métodos estabelecidos por diversos autores são usados para definir os parâmetros de análise mais apropriados para alcançar os objetivos deste estudo.

Na segunda parte está o estudo de caso propriamente dito. Depois de feita a reestruturação das demonstrações contábeis para melhor execução e visualização da análise, aplicaram-se quocientes e outros métodos de análise selecionados para este estudo.

Na terceira parte estão as conclusões alcançadas pelo processo de análise das demonstrações, expondo índices estrutura de capitais e liquidez apurados, assim como análise vertical e horizontal das demonstrações.

Este estudo possibilitou constatar que a Cab Cuiabá, obteve ao longo de suas atividades, um alto grau de endividamento, além de prejuízos aferidos em todos os exercícios. Associados, esses dois fatores evidenciam a gravidade da situação econômica e financeira da entidade.

Do ponto de vista acadêmico, este estudo reforça a importância das demonstrações contábeis para as organizações, dando ênfase a alguns métodos de análise que melhor manifestam as mudanças ocorridas em uma entidade e que, como no caso estudo, ajudam na tomada de decisões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Apesar de a interpretação de demonstrações contábeis ter surgido, possivelmente, assim que foram criadas as primeiras demonstrações, segundo Marion (2010), a utilização de ferramentas de análise só foi usada de forma mais consolidada no final do século XIX, quando bancos americanos passaram a solicitar demonstrações contábeis a empresas requerentes de empréstimos bancários (IUDÍCIBUS, 2017; RIBEIRO, 2015; MARION, 2010).

Desde então as análises de demonstrações passaram grande evolução, tornando-se objeto de estudo de vários autores que desenvolveram e padronizaram métodos de análise de demonstrações contábeis. Esses padrões possibilitam comparar os resultados de um exercício com exercícios anteriores da própria empresa ou com resultados de outras entidades (RIBEIRO, 2010; MARION, 2010; BLATT, 2001)

A análise das demonstrações de uma entidade pode ser:

- Interna: se o analista for funcionário da empresa analisada; e
- Externa: se o analista não é funcionário da empresa, mas tem interesses associados a ela (RIBEIRO, 2015; BLATT, 2001; BRAGA, 1999).

O método mais frequentemente utilizado para analisar demonstrações é o por meio de quocientes. Esse sistema oferece uma boa perspectiva da situação econômica e financeira, da evolução ao longo dos períodos, e de tendências futuras, auxiliando o analista no processo de tomada de decisão (IUDÍCIBUS, 2017; REIS, 2009; ASSAF, 2002).

2.1 Demonstrações Financeiras

Para Braga (1999), “as demonstrações contábeis tem por objetivo, revelar, a todas as pessoas interessadas, as informações sobre o patrimônio e os resultados da empresa, a fim de possibilitar o conhecimento e a análise de sua situação econômica-financeira”.

Em concordância com a Lei nº 6.404/1976, a Cab Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto divulga, anualmente, as seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Resultados;
- Demonstração de Mutações de Patrimônio Líquido;
- Demonstração de Fluxo de Caixa – Método Indireto;

- Notas Explicativas.

2.1.1 Balanço Patrimonial

O artigo 178 da Lei nº 6.404/1976 estabelece em seu caput que as constas do Balanço Patrimonial serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

O balanço Patrimonial é uma demonstrações contábil dividida em duas partes. Ele equilibra as fontes de recursos, no Ativo à esquerda, com as aplicações de recursos, no Passivo e Patrimônio Líquido à direita. Esse demonstrativo visa evidenciar movimentações ocorridas no patrimônio em uma data específica (IUDÍCIBUS, 2017; RIBEIRO, 2015; BLATT, 2001).

COMPONENTES DO BALANÇO PATRIMONIAL

2.1.1.1 Ativo

Iudícibus (2017) afirma que um ativo é um bem ou direito mensurável e de propriedade, controlado ou posse da entidade e que , poderá um dia vir a beneficia-la.

A Lei nº 11.941/2009 alterou a divisão do ativo para os seguintes grupos: ativo circulante e; ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

2.1.1.1.1 Ativo Circulante

Como o nome sugere, o ativo circulante é composto por contas de frequente circulação na empresa ou realizáveis no curso do exercício seguinte (RIBEIRO, 2015; BLATT, 2001; GRAGA, 1999).

A lei nº6.404/1976 estabelece, no art. 179, que no Ativo Circulante devem estar as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.

Ribeiro (2015) divide o grupo dos diretos realizáveis no curso do exercício social seguinte em: Disponibilidades, Clientes, Outros Créditos, Tributos a Recuperar, Investimentos Temporários a Curto Prazo e Estoques.

investimentos, imobilizado e intangível.

2.1.1.1.2 *Ativo Não Circulante*

De acordo com Ribeiro (2015), compõem o ativo não circulante os bens e direitos com pouca ou nenhuma circulação, enquanto no ativo circulante figuram os bens e direitos que são movimentados em prazo inferior a um ano.

A Lei nº 6.404/1976, no artigo 179, divide o Ativo Não Circulante em quatro partes: Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.

A lei nº 6.404/1976 determina que são classificados no intangível os direitos que tenham por objetivo bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercícios com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

2.1.1.2 *Passivo*

O Passivo, para Ribeiro (2015, p.48), “é a parte do Balanço Patrimonial que evidencia as Obrigações (dívidas da empresa para com Terceiros) e o Patrimônio Líquido”.

O art 178 da Lei nº 6.404/1976 estabelece que no Passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos: Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido.

Iudícibus (2017) aponta para a oposição entre Passivo e Ativo com relação à liquidez. No Ativo as contas são ordenadas a partir das que se converterão mais rapidamente em dinheiro e, no Passivo, as contas são ordenadas a partir das que devem ser pagas mais rapidamente.

2.1.1.2.1 *Passivo Circulante*

Segundo Iudícibus (2017, 48) “o Passivo Circulante são as obrigações normalmente pagas dentro de uma ano”.

Ribeiro (2015) estabelece que esse grupo de contas poderá conter subdivisões, de acordo com a sua natureza. Ele realiza essa divisão da seguinte forma: Obrigações a Fornecedores oriundas da compra de Mercadorias ou da utilização de serviços; Empréstimos e Financiamentos assumidos na captação de recursos financeiros da entidade; Obrigações tributárias composta pelos compromissos, gerados pelas atividades normais da entidade, junto aos Governo Federal, Estaduais ou Municipal; Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias oriundas de serviços prestados por seus empregados; Participações e Destinações do Lucro Líquido devidas à debenturistas, empregados, acionistas, etc.; além de quaisquer outras obrigações que não mencionadas acima.

2.1.1.2.2 *Passivo NãoCirculante*

Segundo Iudícibus (2017, p.49) “são as dívidas da empresa que serão liquidads com prazo superior a um ano: empréstimos, financiamentos, títulos a pagar, parcelamento de dívidas governamentais etc”.

Ribeiro (2015) estabelece que o Passivo Não Circulante é dividido em dois grupos: Passivel Exigível a Longo Prazo para contas com prazo de vencimento prazo superior um ano, e Receitas Diferidas para receber recebidas antecipadamente.

2.1.1.3 Patrimônio Líquido

Braga (1999, 35) inclui neste grupo “as contas representativas dos capitais próprios, provenientes de sócios ou acionistas, bem como suas variações em decorrência dos resultados da gestão econômico-financeira da empresa”.

A Lei nº 6.404/1976 determina, no §2º do artigo 178, que o Patrimônio Líquido será dividido em Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados.

2.1.2 Demonstração do Resultado do Exercício

Ribeiro (2015, p.58) diz que “a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), é um relatório contábil destinado a evidenciar a composição de resultado formado num determinado período de operações da empresa”.

A DRE demonstra o resultado econômico de uma entidade através do regime de competência, transferindo o lucro ou prejuízo apurados para as contas do Balanço Patrimonial (RIBEIRO, 2015, ASSAF, 2002; BLATT, 2001).

Conforme estabelece o artigo 187 da Lei nº6.404/1976, a DRE deverá discriminar:

- A receita bruta das vendas e serviços, as Deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
- A receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o Lucro Bruto;
- As despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras Despesas Operacionais;
- O Lucro ou Prejuízo Operacional, as Outras Receitas e as Outras Despesas;
- O Resultado do Exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para esse imposto;

- As participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;
- O Lucro ou Prejuízo Líquido do exercício e o seu montante por ação do Capital Social.

2.1.2.1 Componentes da DRE

Ribeiro (2015, p.59) diz que “no momento de elaboração da DRE, todas as Contas de Resultado já estão com seus saldos devidamente zerados. Portanto, para elaborar a DRE, o contabilista deve coletar dados diretamente do livro Razão”.

2.1.2.1.1 *Receita operacional Bruta*

Iudícibus (2017) define Receita Bruta como o total bruto vendido no período. Neste item estão inclusos impostos sobre vendas sem subtraír as devoluções e os abatimentos ocorridos no exercício”.

Segundo Reibeiro (2015), neste item deverão figurar os saldos das seguintes contas:

- Vendas de Mercadorias (empresas comerciais);
- Vendas de Produtos (empresas industriais);
- Receitas de Serviços (empresas prestadoras de serviços).

2.1.2.1.2 *Deduções e Abatimentos*

Ribeiro (2015) inclui neste item os valores que devem ser abatidos do valor da Receita Operacional Bruta, como: Vendas Anuladas e Abatimentos sobre Vendas; Descontos Incondicionais Concedidos; ICMS sobre Vendas; PIS sobre Faturamento; Cofins e ISS (Ribeiro, 62)

2.1.2.1.3 *Receita Operacional ou Receita Líquida de Vendas*

Ribeiro (2015, p.62) diz que a “Receita Operacional Líquida é o valor da Receita Operacional Bruta, deduzidas as Vendas Anuladas, os Abatimentos sobre Vendas, os Descontos Incondicionais Concedidos, do ICMS sobre Vendas, do PIS sobre Faturamento, da Cofins e o ISS”.

2.1.2.1.4 Custos Operacionais

Os custos operacionais podem ser denominados: CPV – Custo de Produto Vendido; CMV – Custo de Mercadorias Vendidas e; CSP – Custo de Serviço Prestado (IUDÍCIBUS, 2017; RIBEIRO, 2015; MARION, 2010).

2.1.2.1.5 Lucro Operacional Bruto

O Lucro Operacional Bruto é obtido ao subtrair o Lucro Bruto pelo CPV, CMV ou CSP. Não entram nesse cálculo despesas administrativas, de vendas, financeiras e lucros financeiros (IUDÍCIBUS, 2017; RIBEIRO, 2015; MARION, 2010).

2.1.2.1.6 Despesas Operacionais

Para Iudícibus (2017, p.55) são “todas as despesas operacionais necessárias para vender os produtos, administrar a empresa e financiar as operações”.

A lei nº 6.404/1976, no art. 178, inciso III, classifica como despesas operacionais as Despesas com Vendas, Despesas Financeiras deduzidas das Receitas Financeiras, Despesas Gerais e Administrativas e outras Despesas Operacionais.

2.1.2.1.7 Lucro / Prejuízo Operacional

O Lucro ou Prejuízo Operacional é calculado ao subtrair o Lucro Bruto pelas despesas operacionais (IUDÍCIBUS, 2017; RIBEIRO, 2015; MARION, 2010).

2.1.2.1.8 Outras Receitas e Outras Despesas

São classificadas nesse grupo quaisquer despesas que não sejam de vendas, administrativas e financeiras, como ganhos ou perda com alienação, desapropriação, extinção, exaustão, etc.

2.1.2.1.9 Resultado do Exercício antes das Deduções (Triburação ou IR)

Riberio (2015, p.65) afirma que “o Resultado do Exercício Antes das Deduções corresponde ao Lucro ou Prejuízo Operacional mais ou menos as Outras Receitas, mais ou menos as Outras Despesas”.

2.1.2.1.10 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Segundo Riberio (2015, p.66), mudanças na legislação tributária vem causando alterações constantes nas bases de cálculo e alíquotas da CSLL, desde a sua criação por meio da Constituição Federal de 1988. Por esse motivo o autor diz “ser conveniente consultar essa legislação para aplicar os critérios que estiverem em vigor em cada ano”.

2.1.2.1.11 Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido (IR)

O imposto de Renda é deduzido da conta Lucro Antes do Imposto de Renda logo depois de ser apurado no livro de Escrituração e Apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social (e-Lalur) devido ao uso do regime de competência na escrituração.

2.1.2.1.12 Participações

Para Ribeiro (2015, p.66), “as Participações correspondem a parcela do Resultado do Exercício destinadas aos proprietários de Debêntures, empregados, administradores, partes beneficiárias, instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados”.

Iudícibus (2017, p.59) divide as participações no lucro em: Debêntures, quando a empresa adquire empréstimos com o público geral; empregados e administradores, quando estabelecido pelo estatuto e; doações, quando definidas pelo estatuto para a criação de fundações de previdência particular de funcionários.

2.1.2.1.13 Lucro ou Prejuízo do Exercício

De acordo com Ribeiro (2015, p.67), “corresponde ao Resultado do Exercício após o Imposto de Renda, deduzido das Participações. Quando o Resultado do Exercício corresponder a Prejuízo, ele será denominado de Prejuízo Líquido do Exercício”.

Iudícibus (2017, p.60) sintetiza que “após deduzidas do resultado as participações e contribuições, o que remanecer é Lucro Líquido”.

2.2 Análise de Balanços

Para fazer a análise das demonstrações contábeis é preciso que o analista faça o estudo e padronização das mesmas, optando, aplicando e avaliando os padrões e quocientes mais adequados ao foco e objetivos da análise. (IUDÍCIBUS, 2017; RIBEIRO, 2015; BLATT, 2001)

2.2.1 Análise por Quocientes

Dependendo dos objetivos da análise das demonstrações o analista pode optar pelo tipo e quantidade de quocientes mais apropriados para cada situação, sendo preferível utilizar um número reduzido de quocientes. Os quocientes de endividamento, rendimento e liquidez são utilizados com frequência (IUDÍCIBUS, 2017; RIBEIRO, 2015; MARION, 2010).

Ribeiro (2015) salienta a importância de respeitar a ordem das interpretações, pois a análise de um quociente completará a interpretação do quociente anteriormente analisado, facilitando o processo de análise da situação econômica e financeira da entidade.

Respeitando essa metodologia, será realizado, nesta ordem, estudo e análise dos Quocientes de Estrutura de Capitais, seguido pelos Quocientes de Liquidez e, finalmente, os Quocientes de Rentabilidade.

2.2.1.1 Quocientes de Estrutura de Capitais

Os Quocientes de Estrutura de Capitais, na opinião de Ribeiro (2015) mostram a proporção entre os investimentos de Capital Próprio e de Capital de Terceiros existentes na entidade, mostrando o grau de endividamento da empresa em relação às origens dos Capitais investidos no Patrimônio.

2.2.1.1.1 Participação de Capitais de Terceiros

$$\text{Fórmula : } \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Esse quociente determina a relação ente recursos próprios e recursos de terceiros em uma companhia, estabelecendo o montante de capitais de terceiros captados pela empresa para cada \$1 de capital próprio. Quanto menor esse quociente, menor o grau de endividamento da entidade (RIBEIRO, 2015; BLATT, 2001)

Essa relação pode auxiliar gestores, investidores e instituições bancárias a determinar o risco de investir na empresa, se levados em consideração a média dos índices de empresas do mesmo nicho de mercado (RIBEIRO, 2015; BLATT, 2001).

2.2.1.1.2 Composição do Endividamento

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Exigível Total}}$$

Ribeiro (2015, p.158) diz que “esse quociente revela qual a proporção existente entre as Obrigações de Curto Prazo e as Obrigações Totais, isto é, quanto a empresa terá de pagar a curto prazo para cada \$ 1 do total das obrigações existentes”.

Quanto menor esse quociente, maiores os prazos de pagamento negociados pela entidade (RIBEIRO, 2015; BLATT, 2001).

2.2.1.1.3 Imobilização do Patrimônio Líquido

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Ativo Não Circulante - Realizável a Longo Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Esse quociente determina a relação entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Fixo, estabelecendo o montante do patrimônio próprio usado na aquisição de Ativo Fixo ou se o Passivo Circulante depende de recursos originados de capitais de terceiros (RIBEIRO, 2015; BLATT, 2001).

Blatt (2001, p.69) afirma que “é preferível que a entidade use recursos próprios para cobrir o valor do ativo permanente, e ainda tenha folga de recursos para serem aplicados no giro”.

“A interpretação deste quociente deverá ser direcionada a verificar a existência ou não de Capital Circulante Próprio” diz Ribeiro (2015, p.160).

$$\text{Capital Circulante Próprio} = \text{Patrimônio Líquido} - \text{Ativo Fixo}$$

Para Blatt (2001, p.69) “esta relação indica qual porcentagem do patrimônio líquido ou dos recursos próprios está investida no ativo. Quanto maior for o índice resultante da relação, menos capital de giro próprio está sendo investido no giro dos negócios”.

2.2.1.1.4 Imobilização dos Recursos Não Correntes

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Ativo Não Circulante - Realizável a Longo Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

“Esta relação indica qual o percentual do patrimônio líquido ou dos recursos próprios e do Exigível a Longo Prazo está investida no ativo circulante”, diz Blatt (2001, p.70).

Esse quociente determina a relação entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Fixo, estabelecendo o montante do patrimônio próprio usado na aquisição de Ativo Fixo ou se o Passivo Circulante depende de recursos originados de capitais de terceiros. é preferível para a solvência da empresa se o valor do Ativo Permanente for coberto pelo Capital Próprio (RIBEIRO, 2015; BLATT, 2001).

2.2.1.2 Quocientes de Liquidez (ou Solvência)

De acordo com Assaf (2002, p.172), “os indicadores de liquidez evidenciam a situação financeira de uma empresa frente a seus diversos compromissos financeiros”.

Esse quociente determina a capacidade de uma empresa de garantir o cumprimento de obrigações para com terceiros, sejam elas de curto ou longo prazo (RIBEIRO, 2015; ASSAF, 2002; BLATT, 2001).

2.2.1.2.1 *Liquidez Geral*

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

De acordo com Assaf (2002, 173) “esse indicador revela a liquidez, tanto a curto como a longo prazo. De cada \$ 1 que a empresa tem de dívida, o quanto existe de direitos no ativo”.

Esse quociente compara o Ativo Circulante e Ativo Realizável a Longo Prazo com as Obrigações Totais de uma empresa. Dessa forma é possível averiguar se a entidade está em situação de solvência se esse quociente for igual ou superior a um. (IUDÍCIBUS, 2017; RIBEIRO, 2015; BLATT, 2001).

2.2.1.2.2 *Liquidez Corrente*

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

“A liquidez corrente indica o quanto existe de ativo circulante para cada \$1 de dívida a curto prazo”, diz Assaf (2002, p.172).

Esse quociente compara o Ativo Circulante com o Passivo Circulante de uma empresa para determinar o seu grau de liquidez. Quanto maior esse quociente, maior a capacidade da entidade de liquidar suas Obrigações de curto prazo utilizando apenas recursos do Ativo Circulante (IUDÍCIBUS, 2017; RIBEIRO, 2015; BLATT, 2001).

2.2.1.2.3 *Liquidez Seca*

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Ribeiro (2015, p.167) diz que “o quociente revela capacidade financeira para cumprir os compromissos de curto prazo, isto é, quanto a empresa tem de Ativo Circulante Líquido para cada \$ 1 do Passivo Circulante”.

Esse quociente compara o Ativo Circulante com o Passivo Circulante de uma empresa para melhor determinar o seu grau de liquidez retirando do cálculo a conta estoques e, assim, obtendo o Ativo Circulante Líquido (IUDÍCIBUS, 2017; RIBEIRO, 2015; BLATT, 2001).

Segundo Iudícus (2017) “o quociente de liquidez seca pode ser utilizado para fazer análise conservadora da liquidez da entidade. A retirada dos estoques reduz incertezas e elimina possíveis distorções cálculo”.

2.2.1.2.4 *Liquidez Imediata*

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Esse quociente compara as Disponibilidades com o Passivo Circulante de uma empresa para determinar o sua capacidade de liquidação imediata de obrigações de curto prazo. Quanto maior esse quociente, maior a capacidade da entidade de liquidar suas Obrigações de curto prazo utilizando apenas recursos do Ativo Circulante (IUDÍCIBUS, 2017; RIBEIRO, 2015; BLATT, 2001).

2.2.1.3 Quocientes de Rentabilidade

Os Quocientes de Rentabilidade, de acordo com Ribeiro (2015, p.171), “são calculados com base em valores extraídos da Demonstração do Resultado do Exercício e de Balanço Patrimonial”.

Na opinião de Ribeiro (2015), o confronto das contas da Demonstração do Resultado do Exercício, entre si, e com as contas do Balanço Patrimonial, permite conhecer a real rentabilidade do capital investido na entidade.

2.2.1.3.1 *Giro do Ativo*

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$$

Esse quociente compara o volume de vendas com o total dos Investimentos aplicados em uma empresa para determinar o grau de eficiência. através desse quociente é possível determinar quanto foi vendido para cada \$1. O volume de vendas da entidade será considerado adequado de esse quociente for superior a um (IUDÍCIBUS, 2017; RIBEIRO, 2015; BLATT, 2001).

2.2.1.3.2 *Margem Líquida*

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

Esse quociente compara o Lucro Líquido com as Vendas Líquidas realizadas para determinar a margem de lucratividade da empresa. A eficiência total da entidade é medida

determinando qual foi o Lucro Líquido para cada \$1 vendido. Quanto maior esse quociente, maiores os Lucros. (IUDÍCIBUS, 2017; RIBEIRO, 2015; BLATT, 2001).

2.2.1.3.3 Rentabilidade do Ativo

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

Esse quociente compara o Lucro Líquido com o Ativo total de uma empresa para determinar o grau de lucratividade em relação aos Investimentos aplicados na entidade. Esse quociente estima o prazo de retorno dos Investimentos Totais. Quanto maior esse quociente, maior será a lucratividade (IUDÍCIBUS, 2017; RIBEIRO, 2015; BLATT, 2001).

2.3 Análise Vertical e Análise Horizontal

2.3.1 Análise Vertical

Também chamada de Análise por Coeficientes, é um cálculo que compara uma conta ou grupo de contas à contas afins. Seu objetivo é estabelecer a importância dos elementos que compõem as demonstrações contábeis em relação ao valor total (IUDÍCIBUS, 2017; RIBEIRO, 2015; ASSAF, 2002).

O cálculo da Análise Vertical é realizado por meio de regra de três, é expresso em porcentagem, com valor-base igual a 100, com as demais contas e grupos de contas calculados em relação a ele (IUDÍCIBUS, 2017; RIBEIRO, 2015; ASSAF, 2002).

Blatt (2001, p.59) afirma que “no balanço patrimonial calcula-se a participação relativa das contas, tomando-se como base seu capital total. Já na Demonstração de Resultados, o referencial passa a ser o valor da Receita Operacional Líquida”.

2.3.2 Análise Horizontal

Também denominada “Análise por meio de Números-índices”, é um cálculo que compara a evolução de cada conta ou grupo de contas ao longo de vários períodos. Trata-se de uma análise temporal usando números-índices (IUDÍCIBUS, 2017; RIBEIRO, 2015; ASSAF, 2002).

O cálculo da Análise Horizontal é realizado por meio de regra de três, é expresso em porcentagem, transformando o montante do exercício mais antigo em valor-base e atribuindo a ele o valor de 100% (IUDÍCIBUS, 2017; RIBEIRO, 2015; ASSAF, 2002).

Na opinião de Iudícibus (2017), “a finalidade principal da análise horizontal é apontar a evolução ou regresso de itens dos balanços e das Demonstrações de Resultados através dos períodos, a fim de caracterizar tendências”.

2.4 CAB Cuiabá S/A

A empresa analisada neste estudo é a CAB Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto. Segundo informações cedidas pela própria empresa, foi constituída em 24 de janeiro de 2012, iniciou suas atividades em 18 de abril de 2012 com o propósito específico de prestar serviços públicos de água e esgoto no Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, e a prestação dos serviços suplementares, conforme definido no contrato de concessão firmado pela de fevereiro de 2012 com o Município de Cuiabá (Poder Concedente), decorrente da Concorrência Pública e em funcionamento até 2042.

De acordo com dados fornecidos pela Prefeitura de Cuiabá, o valor total da transação foi de 516 milhões de reais e previa a universalização do acesso à água tratada em três anos, 24 horas por dia, além da coleta e tratamento da totalidade do esgoto doméstico em dez anos. A concessionária assumiu o compromisso de investir R\$ 900.000.000,00 ao longo do período de concessão, sendo R\$ 315.000.000,00 nos primeiros cinco anos.

No entanto, em maio de 2016 a Prefeitura de Cuiabá decretou intervenção de 180 dias no sistema de abastecimento devido a irregularidades na prestação dos serviços contratados. Entre outras justificativas para a intervenção foi citada a perda da capacidade de investimento da concessionária devido a altos índices de endividamento no exercício de 2015. Depois de três prorrogações na intervenção, a Prefeitura de Cuiabá rompeu definitivamente, em julho de 2017, o contrato de concessão com a Cab Cuiabá S/A.

3 METODOLOGIA

A metodologia neste estudo de caso foi a utilização de pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e sites relacionados ao tema do estudo e de demonstrações contábeis para avaliar a evolução da situação econômica financeira da entidade.

Os fatos e dados contábeis da Cab Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços de Água e Esgoto foram disponibilizados pela própria entidade ou pela Prefeitura Municipal de Cuiabá.

Os métodos de análise escolhidos para esse estudo foram a análise vertical e análise horizontal do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício de 2012, ano do início de suas atividades, até o exercício de 2016.

Também foi realizadas as seguintes análises por quocientes das mesmas demonstrações: quocientes por capital; quocientes de liquidez e quocientes de rentabilidade.

Além disso, para complementar a análise, foram utilizadas outras demonstrações divulgadas pela entidade, como fluxo de caixa e notas explicativas e informações divulgadas pela Prefeitura Municipal de Cuiabá, como Relatórios de Auditoria.

4 RESULTADO E ANÁLISE

4.1 Análise Vertical e Horizontal

A análise demonstra que o Ativo Total da entidade teve um crescimento progressivo durante os exercícios observados, finalizando 2016 com um número-índice de 218,81% com relação ao exercício base.

No Ativo, o Ativo Circulante comportou-se de maneira destinta, sofrendo variações positivas e negativas ao longo dos períodos. Em 2013 chegou a representar apenas 98,76% do que foi em 2012, mas sofreu recuperação no exercício seguinte, e chegou a 275,19% do que era em 2014. Os períodos seguintes foram de estabilização e 2016 fechou em 171,24% do exercício base.

Já o Ativo Não Circulante sofreu crescimento gradual e constante, finalizando o exercício de 2016 representado 227,43% do que era em 2012. O Realizável a Longo Prazo representava 1,29% do Ativo Total em 2012 e sofreu grande crescimento ao longo dos períodos, encerrando 2016 com uma participação de 11,94%.

Vale salientear que o Imobilizado sofreu variações semelhantes às do Ativo Circulante, saindo de R\$ 1.011.000,00 em 2012 e alcançando R\$ 4.809.000,00 em 2016. No exercício de 2013 é possível observar uma explosão de crescimento no Imobilizado, que representou 839,46% do que era no período base. No entanto, uma redução gradual ao longo dos períodos seguintes deixou essa conta com 475,67% do que representava inicialmente.

A infraestrutura da CAB Cuiabá, devido à especificações do contrato, deve ser devolvida à Prefeitura ao fim da concessão. Devido à falta de controle de uso, a infraestrutura inicial e quaisquer modificações nela realizadas devem ser registradas no Ativo Intangível. Por esse motivo essa conta figurou, em todos os exercícios, como a principal conta do Ativo, equivalendo a 80% ou mais do total.

Na tentativa de cumprir de exigências contratuais com Prefeitura de Cuiabá, a concessionária realizou, em 2014, duas captações de recursos de terceiros.

A primeira foi a realização de empréstimo junto ao BNDES no valor de R\$ 203.204.000,00 com exigibilidade de pagamento de juros a partir de 2017 e do principal a partir de 2018. A segunda foi a emissão de 17.950 debêntures com garantia real, não conversíveis em ações, totalizando R\$ 179.500.000,00, com amortização semestral a partir de 2016.

A captação desses recursos de terceiros modificou a configuração do passivo do concessionária. Enquanto, ao fim de 2013, o Passivo Circulante era de R\$ 217.328.000,00 e o Passivo não Circulante era de R\$ 47.781.000,00, ao fim de 2014 essas contas computavam, respectivamente, R\$ 49.109.000,00 e R\$ 388.130.000,00.

Devido à um descumprimento de contrato e conseqüente transferência da conta Debêntures de longo para curto prazo, em 2016, o Passivo Circulante da empresa voltou a superar não só o Ativo Circulante como também o Passivo não Circulante.

O Passivo Circulante, apesar de ter reduzido significativamente para 24,34% e 26,31% em 2014 e 2015, respectivamente, cresceu e finalizou 2016 em 154,04% do exercício base. Já o Passivo Não Circulante teve um movimento oposto, sofrendo aumento ao longo de alguns períodos, chegando a 2.418,56% do original em 2015, e finalizando 2016 com grande crescimento de 1,357,17% do valor base de 2012.

O total do Passivo terminou 2016 representando 250,15% do que era em 2012. Esse crescimento foi progressivo ao longo dos exercícios, retratando o aumento do endividamento da entidade. É importante mostrar que depois de um crescimento constante de 2012 a 2016 esse grupo de contas passou a representar 110,93% do Total do Passivo e Patrimônio Líquido, constituindo Passivo a Descoberto na entidade.

A Prefeitura Municipal de Cuiabá solicitou realização de auditoria com o objetivo de fiscalizar e controlar as atividades desenvolvidas pela Cab Cuiabá. Nesse auditoria, divulgada em abril de 2016, foi constatado que nos três primeiros anos do contrato o montante de investimentos estipulados pelo contrato de concessão não foi realizado, havendo, nesse período um déficit de R\$ 177.545.261,00.

O Patrimônio Líquido sofreu grave variação negativa ao longo dos períodos, iniciando em R\$ 6.694.000,00 em 2012 e finalizando em – R\$ 53.435.000,00 em 2016, apesar de uma integralização de capital social de R\$ 47.900.000,00. O motivo para essa redução drástica do Patrimônio Líquido foi a acumulação de prejuízos em todos os exercícios estudados, chegando a – R\$ 108.989,00 em 2016.

A Receita Operacional Líquida da entidade sofreu aumento ao longo dos períodos, encerrando 48,16% maior que o seu patamar inicial em 2012. Por esse motivo, o Lucro Bruto sofreu aumento em todos os exercícios, com excessão de 2016, quando foi de 160,48% para 116,40% do inicial.

No entanto, os Custos de Serviços Prestados também cresceram nesses períodos e representaram, em todos os exercícios, a conta de maior dedução na Demonstração do Resultado do Exercício da entidade. O ano de 2015 foi o único em que o crescimento dos

custos de prestação de serviço foi inferior ao observado na conta Receita Operacional Líquido.

É possível observar que no exercício de 2016 as Despesas Operacionais ultrapassaram o valor do Lucro Bruto, resultando em saldo negativo antes mesmo da dedução das despesas financeiras e impostos.

É possível verificar o aumento dos prejuízos nos exercícios, passando de – R\$ 441.000,00 em 2012 para – R\$ 51.211.000,00 em 2016. Já o cálculo do Lucro antes de juros, depreciação, amortização e impostos – Ebitda, demonstrou que o lucro gerado pela entidade levando em consideração apenas suas atividades operacionais diverge do Lucro Líquido do Exercício apurado.

Esse indicativo mostra como despesas com depreciação, amortização, impostos e, principalmente, juros influenciaram negativamente no resultado.

Em todos os períodos analisados, inversamente proporcional ao resultado do exercício, o Ebitda sempre apresentou saldo positivo. O valor mínimo, R\$ 8.381.000,00 foi atingido em 2013 e o máximo, R\$ 42.391.000,00, em 2015. O grupo de contas que mais influenciou nesse cenário foi o de juros incorridos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Segundo o Fluxo de Caixa publicado pela concessionária esse item foi de R\$ 11.560.000,00 em 2012; R\$ 19.037.000,00 em 2013; R\$ 31.160.000,00 em 2014; R\$ 56.339.000,00 em 2015 e; 65.309.000,00 em 2016.

Quadro 01 – Balanço Patrimonial
CAB Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços pública de Água e Esgoto
Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016.
 (Em milhares de reais)

Ativo	2012	A.V. %	2013	A.V. %	A.H. %	2014	A.V. %	A.H. %	2015	A.V. %	A.H. %	2016	A.V. %	A.H. %
Circulante														
Caixa e equivalente de caixa	7.501	3,33	2.112	0,70	28,16	7.894	1,71	105,24	6.495	1,37	86,59	21.135	4,28	281,76
Outros investimentos	-		296	0,10	100	40.619	8,82	13.722,63	450	0,10	152,03	98	0,02	33,11
Depósitos bancários vinculados	-		-	-	-	1.480	0,32	100,00	3.056	0,65	206,49	3.085	0,63	208,44
Contas a receber e outros recebíveis	24.446	10,84	28.643	9,48	117,17	38.184	8,29	156,20	39.203	8,29	160,36	30.023	6,08	122,81
Estoques	1.746	0,77	2.821	0,93	161,57	3.478	0,76	199,20	2.545	0,54	145,76	3.104	0,63	177,78
Impostos e contribuições a recuperar	858	0,38	202	0,07	23,54	3.495	0,76	407,34	3.646	0,77	424,94	1.699	0,34	198,02
Despesas antecipadas	70	0,03	119	0,04	170,00	123	0,03	175,71	293	0,06	418,57	142	0,03	202,85
Total do Ativo Circulante	34.621	15,35	34.193	11,31	98,76	95.273	20,70	275,19	55.506	11,73	160,32	59.286	12,01	171,24
Não circulante														
Realizável a longo prazo														
Contas a receber e outros recebíveis	2.750	1,22	2.285	0,76	83,09	2.500	0,54	90,91	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	32	0,01	126	0,04	393,75	498	0,11		885	0,19		3.135	0,64	
Impostos e contribuições a recuperar	-		-	-	-	1.426	0,31	100,00	401	0,08	28,12	555	0,11	38,92
IR e Contribuição Social diferidos	135	0,06	6.493	2,15	4.809,63	15.970	3,47	11.839,63	28.958	6,12	21.450,37	55.249	11,20	40.925,18
Total do realizável a longo prazo	2.917	1,29	8.904	2,95	305,24	20.394	4,43	699,14	30.244	3,39	1.036,82	58.939	11,94	992,08
Imobilizado	1.011	0,45	8.487	2,81	839,46	7.996	1,74	790,90	6.903	1,46	682,79	4.809	0,97	475,67
Intangível	186.985	82,91	250.682	82,93	134,06	336.696	73,14	180,06	380.391	80,41	203,43	370.448	75,07	198,12
Total do Ativo não circulante	190.913	84,65	268.073	88,69	140,42	365.086	79,3	191,23	417.538	87,27	218,71	434.196	87,99	227,43
Total do Ativo	225.534	100	302.266	100	134,02	460.359	100	204,12	473.044	100	209,74	493.482	100	218,81

Fonte: Marion. O. M. (2015), adaptado pelo autor (2018).

Quadro 02 – Balanço Patrimonial
 CAB Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços pública de Água e Esgoto
 Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016.
 (Em milhares de reais)

Passivo	2012	A.V. %	2013	A.V. %	A.H. %	2014	A.V. %	A.H. %	2015	A.V. %	A.H. %	2016	A.V. %	A.H. %
Circulante														
Fornecedores e outras contas a	12.965	5,75	17.811	5,89	137,38	40.187	8,73	309,96	29.356	6,21	226,42	41.664	8,44	321,36
Empréstimos e financiamentos	182.250	80,81	194.434	64,33	106,68	4.743	1,03	2,60	15.940	3,37	8,75	9.866	2,00	5,41
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	3.212	0,68	100,00	252.080	51,08	7.848,07
Provisão e encargos trabalhista	2.444	1,08	3.382	1,12	138,38	3.595	0,78	147,09	3.175	0,67	129,91	4.822	0,98	197,30
Obrigações fiscais	3.699	1,64	1.701	0,56	45,98	494	0,11	13,35	1.292	0,27	34,93	1.744	0,35	47,15
Total do Passivo Circulante	201.358	89,28	217.328	71,90	107,93	49.019	10,65	24,34	52.975	11,20	26,31	310.176	62,85	154,04
Não circulante														
Empréstimos e financiamentos	17.000	7,54	47.547	15,73	279,69	203.282	44,16	1.195,77	209.572	44,30	1.232,78	232.730	47,16	1.369,00
Debêntures	-	-	-	-	-	183.633	39,89	100,00	210.902	44,58	114,85	-	-	-
Provisão para contingências	482	0,21	234	0,08	48,55	1.215	0,26	252,07	2.338	0,49	485,06	4.530	0,92	939,83
Total do passivo não circulante	17.482	7,75	47.781	15,81	273,31	388.130	84,31	2.220,17	422.812	89,38	2.418,56	237.260	48,08	1.357,17
Patrimônio Líquido														
Capital Social	7.135	3,16	50.035	16,55	701,26	55.035	11,95	771,34	55.035	11,63	771,34	55.035	11,15	771,34
Prejuízos acumulados	- 441	0,2	- 12.878	4,26	2.920,18	- 31.825	6,91	7.216,55	- 57.778	12,21	13.101,59	- 108.989	22,09	24.714,06
Total do Patrimônio líquido	6.694	2,97	37.157	12,29	555,08	23.210	5,04	346,73	- 2.743	0,58	40,98	- 53.435	10,83	798,25
Total do Passivo	218.840	97,03	265.109	87,71	121,14	437.149	94,96	199,76	475.787	100,58	217,41	547.436	110,93	250,15
Total do Passivo e PL	225.534	100	302.266	100	134,02	460.359	100	204,12	473.044	100	209,74	493.482	100	218,81

Fonte: Marion. O. M. (2015), adaptado pelo autor (2018).

Quadro 03 – Demonstração do Resultado do Exercício
 CAB Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços pública de Água e Esgoto
 Demonstrações de Resultados em 31 de dezembro de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016.

(Em milhares de reais)

Descrição	2012	A.V. %	2013	A.V. %	A.H. %	2014	A.V. %	A.H. %	2015	A.V. %	A.H. %	2016	A.V. %	A.H. %
Receita operacional líquida	136.466	100	161.467	100	118,32	207.350	100	151,94	202.029	100	148,04	202.191	100	148,16
Custo dos serviços prestados	- 96.991	71,07	-107.697	66,70	111,04	-144.118	69,50	148,59	-138.678	68,64	142,98	-156.240	77,27	161,09
Lucro Bruto	39.475	28,93	53.770	33,30	136,21	63.232	30,50	160,18	63.351	31,36	160,48	45.951	22,73	116,40
Despesas operacionais	- 34.511	25,29	- 53.265	32,99	154,34	- 51.247	24,72	148,49	- 50.541	25,02	146,45	- 60.584	29,96	175,55
Comerciais	- 8.991	6,59	- 19.556	12,11	217,51	- 19.012	9,17	211,45	- 18.683	9,25	207,80	- 23.261	11,50	258,71
Administrativas e gerais	- 25.600	18,76	- 33.811	20,94	132,07	- 32.257	15,56	126,00	- 31.689	15,69	123,78	- 37.358	18,48	145,93
Outras receitas líquidas	-	-	102	0,06	100	22	0,01	21,57	153	0,08	150,00	56	0,03	54,90
Outras despesas	-	-	-	-	-	-	-	-	- 322	0,16	100,00	- 21	0,01	6,52
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	4.884	3,58	505	0,31	10,34	11.985	5,78	245,39	12.810	6,34	262,28	- 14.633	7,24	299,61
Receitas financeiras	5.093	3,73	3.423	2,12	67,21	5.333	2,57	104,71	7.537	3,73	147,99	6.306	3,12	123,82
Despesas financeiras	- 10.553	7,73	- 22.723	14,07	215,32	- 45.409	21,90	430,29	- 59.288	29,35	561,81	- 69.176	34,21	655,51
Resultado financeiro líquido	- 5.460	4	- 19.300	11,95	353,48	40.409	19,49	740,09	- 51.751	25,62	947,82	- 62.870	31,09	1.151,46
Resultado antes dos impostos	- 576	0,42	- 18.795	11,64	3.263,02	28.424	13,71	49,35	- 38.941	19,27	6.760,59	- 77.503	38,33	13.455,38
IR e Contribuição Social diferidos	135	0,1	6.358	3,94	4.709,63	9.477	4,57	7.020,00	12.988	6,43	9.620,74	26.292	13,00	306,32
Lucro Líquido do Exercício	- 441	0,32	- 12.437	7,70	3.026,03	- 18.947	9,14	4.296,37	- 25.953	12,85	5.885,03	- 51.211	25,33	11.612,47
Ebitda	13.258	9,72	8.381	5,19	63,21	20.069	9,68	151,37	42.391	20,98	319,74	15.950	7,89	120,3

Fonte: Marion. O. M. (2015), adaptado pelo autor (2018).

4.2 ANÁLISE POR QUOCIENTES

4.2.1 Análise dos Quocientes de Estrutura de Capitais

Quadro 04 - Quocientes de Estrutura de Capitais

Quocientes de Estrutura de Capitais	2012	2013	2014	2015	2016
Participação de Capital de Terceiros	32,69	7,13	18,83	-173,45	-10,15
Composição do Endividamento	0,92	0,82	0,11	0,11	0,57
Imobilização do Patrimônio Líquido	28,08	6,97	14,85	-141,19	-6,95
Imobilização dos Recursos Não Correntes	7,78	3,05	0,84	0,92	2,05

Fonte: Elaborada pelo autor (2018).

O cálculo dos Quocientes de Estrutura de Capitais permite verificar que a entidade já iniciou suas atividades com alto grau de endividamento. Para cada R\$ 100 de capital próprio a empresa usou R\$ 173 de capital de terceiros. Apesar da diminuição do endividamento em 2013, causada pela integralização de capital na entidade, em todos os exercícios seguintes a dependência financeira da entidade aumentou. É possível observar que nos exercícios de 2015 e 2016 os prejuízos acumulados aumentaram tal dependência.

Com relação a composição do endividamento da entidade é possível notar que nos exercícios de 2012 e 2013 o Passivo Circulante compunha, respectivamente, 92% e 82% das Obrigações Totais. Os dois exercícios seguintes mostraram melhoria, reduzindo este índice para 11%, mas finalizou 2016 com obrigações de curto prazo compondo 57% das obrigações totais.

Esses dois quocientes, somados ao baixo nível de investimento nos três primeiros exercícios de atividade da entidade, contribuíram para a argumentação por parte da Prefeitura Municipal de Cuiabá de que a Cab Cuiabá não poderia alcançar as metas estipuladas pelo contrato de concessão e influenciaram no seu eventual rompimento.

Ao analisar quanto do Patrimônio Líquido foi usado para financiar o Ativo Fixo da entidade nota-se que, no fim de seu primeiro exercício, para cada 1 real do Patrimônio Líquido a empresa tinha imobilizado no Ativo Fixo 28,08 reais. Isso evidencia que a entidade dependia da capital de terceiros para compor o Ativo Fixo.

Do total dos empréstimos da entidade em 2012, R\$ 17.000.000,00 eram de longo prazo e R\$ 182.250.000,00 eram de curto prazo, provando que a entidade usou Obrigações do Passivo Circulante para financiar o Ativo Fixo no início de suas atividades.

Apesar de variações nos índices de Imobilização do Patrimônio Líquido ao longo dos períodos, em todos os exercícios analisados, o Patrimônio Líquido é inferior ao Ativo Fixo, caracterizando Capital Circulante Próprio Negativo.

Vale ressaltar, no entanto, que a maior parte dos investimentos realizados foram alocados no grupo Intangível, demonstrando que, devida a exigências contratuais, o montante de investimentos aportados nessas áreas dificultaram o equilíbrio financeiro da Cab Cuiabá.

4.2.2 Análise dos Quocientes de Liquidez

Quadro 05 - Quocientes de Liquidez

Quocientes de Liquidez	2012	2013	2014	2015	2016
Liquidez Geral	0,17	0,16	0,26	0,18	0,21
Liquidez Corrente	0,17	0,15	1,94	1,05	0,19
Liquidez Seca	0,16	0,14	1,87	0,99	0,18
Liquidez Imediata	0,04	0,01	1,01	0,19	0,08

Fonte: Elaborada pelo autor (2018).

Com relação a Líquidez Geral da entidade é possível observar em todos os exercícios que o índice se mantém entre 16% e 26%, demonstrando que a empresa não possui solidez financeira suficiente para cobrir obrigações assumidas para com terceiros. Pode-se dizer que a empresa está em situação de insolvência.

A Líquidez Corrente da entidade foi positiva em apenas dois exercícios, 2014 e 2015. Nos demais períodos analisados para cada R\$ 1 real do Passivo Circulante, a empresa tinha entre 0,15 e 0,19 centavos investidos no Ativo Circulante. Isso demonstra que, nestes exercícios, a empresa não possuía solvência suficiente para cobrir compromissos de curto prazo.

Ao remover os Estoques do cálculo, é possível averiguar que somente o exercício de 2014 mantém Ativo Circulante Líquido Positivo, o que permitiria a entidade quitar suas dívidas de curto prazo usando o Ativo Circulante. Ao analisar a Liquidez Imediata da entidade, pode-se concluir que somente em um dos exercícios as Disponibilidades poderiam ser usadas para saldar as Obrigações do Passivo Circulante. Isso ocorreu porque, com exceção de 2014, para cada R\$ 1 real do Passivo Circulante a entidade dispunha de 0,01 a 0,19 centavos no Disponível.

A associação dos quocientes de capital aos quociente de liquidez demonstra numericamente o que foi descrito nas notas explicativas de 2016. Que a entidade estudada

encontrava dificuldades em obter linhas de crédito necessárias para o cumprimento do contrato.

4.2.3 Análise dos Quocientes de Rentabilidade

Quadro 06 - Quocientes de Rentabilidade

Quocientes de Rentabilidade	2012	2013	2014	2015	2016
Giro Ativo	0,6	0,53	0,45	0,42	0,4
Margem Líquida	-0,003	-0,08	-0,09	-0,13	-0,25
Rentabilidade do Ativo	-0,002	-0,04	-0,04	-0,05	-0,1

Fonte: Elaborada pelo autor (2018).

Analisando a situação econômica da entidade é possível averiguar, através do Giro do Ativo, que em todos os exercícios o volume de receitas da entidade foi inferior aos Investimentos aplicados no Ativo. Esse índice reduziu, progressivamente, ao longo dos períodos analisados, de 0,6 em 2012 para 0,4 em 2016.

Também a margem de lucratividade da entidade foi negativa em todos os exercícios analisados, como foi evidenciado pelo quociente Margem líquida com redução contínuo da lucratividade, de -0,003 em 2012, para -0,25 em 2016.

Com relação a Rentabilidade do Ativo, novamente os exercícios analisados tiveram índice inferior a um. Isso se deve ao fato de que em todos os períodos o lucro líquido da entidade foi negativo, demonstrando que a entidade acumulou prejuízos, impossibilitando o retorno econômico dos Capitais Totais Investidos.

Esse quociente permite evidenciar que ao dar continuidade a injeção de recursos de terceiros na entidade, buscava-se, como mencionam as notas explicativas, manter os planos de investimentos previstos em contrato.

4.2.4 Análise do Nicho de Mercado

Quadro 07 – Margem de lucro e custos

Cia de Saneamento	Custo do Serviço Prestado - %	Margem de Lucro - %
CAB CUIABÁ S/A	70,64	-11,07
Cia. de Saneamento do Norte	59,14	9,37
Cia de Saneamento do Paraná	41,28	16,4
Cia. de Saneamento do Estado de São Paulo - Sabesp	66,61	14,87
Cia. Catarinense de Água e Saneamento - Casan	42,82	4,86

Fonte: Elaborada pelo autor (2018).

O quadro utiliza dados de demonstrações contábeis de outras companhias de fornecimento de água e saneamento para estabelecer uma média dos custos de serviço prestado em relação ao Lucro Líquido e da Margem de Lucro do nicho de mercado em que a empresa Cab Cuiabá S/A esta inserida.

As porcentagem foram aferidas utilizando dados de, no mínimo, três exercícios em cada uma das empresas citadas.

É possível observar que, dentre todas as entidades representadas no quadro, somente a Cab Cuiabá apresentou margem de lucro negativa. Todas as demais companhias são, em graus diferentes, lucrativas. A margem de lucro negativa de 11,07% aferida na concessionária objeto desse estudo, demonstra a dificuldade de manter a viabilidade econômica em comparação à outras companhias do mesmo nicho de mercado.

A margem de lucro negativa, justifica-se, em parte, pelo elevado custo de serviços prestados pela concessionária. A Cab Cuiabá destinou, em média, 70,64% de sua Receita Operacional Líquida para esses custos. É possível observar no quadro de nº 07 – Margem de Lucro e Custos, que nenhuma outra entidade do nicho de mercado estudada aplicou esse montante de receitas em custos de serviços prestados.

O montante da Receita Operacional Líquida aferida ao longo dos períodos estudados, totalizando R\$ 909.503.000,00, permitiriam à entidade fazer frente aos investimentos estipulados no contrato de concessão para o mesmo período, de R\$ 315.000.000,00.

Esses indicadores apontam para uma possível ineficiência na gestão de Custos de Serviços Prestados e Despesas Operacionais da entidade. Tais dificuldades de gerenciamento, somadas ao alto nível de endividamento de curto e longo prazo da concessionária, colaboram com as afirmações feitas nas Notas Explicativas, alegando que a empresa tinha dificuldade de captar recursos para cumprir com as demandas contratuais.

As mesmas notas também destacam que o processo de recuperação da Galvão Participações S/A, companhia controladora da CAB Ambiental, assim como sua inclusão no processo de investigação da Operação “Lava-Jato” como empecilho para captação dos recursos necessários.

5 CONCLUSÃO

Após comparar todas as demonstrações disponibilizadas pela empresa e analisar seus resultados foi possível concluir que a grande maioria das contas que compõem o Ativo sofreram crescimento superior a 100% ao longo dos cinco exercícios estudados. Com destaque para o Intangível, grupo com menor grau de liquidez e maior montante de investimentos, que aumento de 198,12% em 2016 quando comparado ao valor de 2012.

A principal fonte de recursos aplicados na entidade foi capital de terceiros, principalmente empréstimos, financiamentos e debêntures a longo prazo, causando um crescimento de 1.357,17% no Passivo não Circulante ao fim de 2016.

Considerando que o Passivo Circulante da Cab Cuiabá fechou 2016 compondo 62,85% do Passivo e Patrimônio Líquido, fica evidente o alto grau de endividamento a curto prazo da entidade, colaborando com as alegações da Prefeitura Municipal de Cuiabá de que uma concessionário com Passivo a Descoberto tão grande não poderia fazer frente ao acordo firmado de investir grandes somas na ampliação da rede fornecedora de água e coletora de esgoto da capital.

Da mesma forma, a Rentabilidade do Patrimônio Líquido foi prejudicada pelos constantes prejuízos acumulados pela entidade, impossibilitando o retorno econômico dos Capitais Próprios Investidos na entidade.

Apesar das Receitas Líquidas, de R\$ 909.503.000,00, aferidas ao longo dos períodos estudados terem sido suficientes para cobrir os valores de investimentos acordados em contrato nos cinco primeiros anos de atividade, no montante de R\$ 315.000.000,00, a concessionária não obteve Lucro Líquido em nenhum ano, devido a altos custos de serviços prestados, despesas operacionais e juros incorridos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Considerando que as variações sofridas nessas contas tiveram grande influência gerencial, é possível concluir que a concessionária Cab Cuiabá S/A pode ter contribuído para a formação de um cenário de endividamento e instabilidade.

Devido a fatores mencionados anteriormente a entidade não detinha recursos para investir, não pode contrair recursos de suas principais controladoras, a Galvão Participações e o BNDES, nem outras linhas de créditos que possibilitassem realizar todos os investimentos acordados o que levou a ruptura do contrato por parte da Prefeitura Municipal de Cuiabá.

Do ponto de vista acadêmico, este estudo reforça a importância das demonstrações contábeis para as organizações, dando ênfase a alguns métodos de análise que melhor manifestam as mudanças ocorridas em uma entidade e que, como no caso estudo, ajudam na tomada de decisões.

6 REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura de Balanços: Um enfoque econômico-financeiro. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

BLATT, Adriano. Análise de Balanços: Estrutura e Avaliação das Demonstrações Financeiras e Contábeis. São Paulo: Makron Books, 2001.

BRAGA, Hugo Rocha. Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 1999;

BRASIL. Demonstrações Contábeis Manaus Ambiental. Disponível em: <http://www.manausambiental.com.br/sites/default/files/Demonstra%C3%A7%C3%B5es%20Financeiras%20CSN%202015.pdf>

BRASIL. Demonstrações Contábeis Manaus Ambiental. Disponível em: <http://www.manausambiental.com.br/sites/default/files/Demonstra%C3%A7%C3%B5es%20Financeiras%20%202016%20-%20Manaus%20Ambiental.pdf>

BRASIL. Demonstrações Contábeis Sabesp. Disponível em: [http://www.sabesp.com.br/Sabesp/filesmng.nsf/B3AE04BA54BE87278325800D007F44F8/\\$File/ITR2tri2016.pdf](http://www.sabesp.com.br/Sabesp/filesmng.nsf/B3AE04BA54BE87278325800D007F44F8/$File/ITR2tri2016.pdf)

BRASIL. Demonstrações Contábeis Sabesp. Disponível em: [http://www.sabesp.com.br/sabesp/filesmng.nsf/AC522E83064C1E8583257E15000BE9E1/\\$File/DFs_2014_final.pdf](http://www.sabesp.com.br/sabesp/filesmng.nsf/AC522E83064C1E8583257E15000BE9E1/$File/DFs_2014_final.pdf)

BRASIL. Demonstrações Contábeis Sanepar. Disponível em: https://site.sanepar.com.br/sites/site.sanepar.com.br/files/investidores_rel_ian_dfp_itr/ian-dfp-itr/rel_Relat%C3%B3rios%20Trimestrais2016-12-30.pdf

BRASIL. Demonstrações Contábeis Sanepar. Disponível em: http://site.sanepar.com.br/sites/site.sanepar.com.br/files/investidoresarquivos/relatorio-anual-de-administracao-e-demonstracoes-contabeis-de-2013_2014-02-25.pdf

BRASIL. Demonstrações Contábeis Casan. Disponível em: <https://www.casan.com.br/ckfinder/userfiles/files/Investidores/Demonstracoes%20Contabeis/DFP%202016%20reapresenta%C3%A7%C3%A3o%20em%202012%20de%2020abril%20%20de%2020171.pdf>

BRASIL. Demonstrações Contábeis Casan. Disponível em: <https://www.casan.com.br/ckfinder/userfiles/files/Investidores/Demonstracoes%20Contabeis/ITR/2013/Balan%C3%A7o%20CVM.pdf>

BRASIL. LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: BRASIL http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm. Acesso em 10 de agosto de 2017. Acesso em 10 de agosto de 2017.

BRASIL. LEI Nº 11.941, DE 27 DE MAIO DE 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11941.htm

BRASIL. Resolução CFC n.º 686/90. Aprova a NBC T.3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t3.htm>

GOMES, GEORGIA ALMONFREY et al. Análise de Demonstrações Contábeis como Ferramenta de Gestão: Um Estudo da Empresa X. 2014. 44f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Ensino Superior Blauro Cardoso de Mattos. Seera, 2014

IUDÍCIBUS. Sérgio de. Análise de Balanços. 11ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.

MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis: Contabilidade empresarial. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2010;

REIS, Arnaldo. Demonstrações contábeis: Estrutura e análise. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. Estrutura e Análise de Balanços. 11ª edição. São Paulo: Saraiva, 2015.